

# O caso ICN

## – convergência entre jornalistas e fontes

GONÇALO PEREIRA \*

### O caso

Na noite de 27 de Outubro de 2003, a agência Lusa difundiu uma curta notícia, informando que a associação ambientalista Quercus denunciara um plano governamental para a extinção do Instituto da Conservação da Natureza (ICN) e conseqüente integração da gestão das áreas protegidas no Ministério da Agricultura. Na manhã do dia seguinte, o jornal *Público* desenvolveu a denúncia num artigo de uma página com direito a chamada de capa. Alegavam os dois órgãos de informação que, segundo a Quercus, o Governo fizera seguir para todas as direcções de áreas protegidas uma exposição sobre o plano e as futuras competências da recém-criada Secretaria de Estado das Florestas.

Este estudo de caso centra-se na agitada última semana de Outubro de 2003, durante a qual a agenda do Ambiente recebeu mais atenção política do que o normal e os diversos agentes com interesses no sector se movimentaram numa guerra de bastidores para fazer prevalecer o seu enquadramento da controvérsia.

Antes de integrarmos a investigação particular na perspectiva dos estudos recentes sobre sociologia do jornalismo, importa compreender o elevado valor simbólico do ICN. Mansinho e Schmidt (1994: 455) reconheceram que o an-

---

\* Doutorando em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais do Trabalho e da Empresa

tigo Servio Nacional de Parques, Reservas e Patrim3nio Paisagista (transformado, em 1993, no ICN) foi uma fonte de promoo de trabalhos cient3ficos sobre Ambiente. Na sua an3lise detalhada sobre os marcos da institucionalizao pol3tica do Ambiente em Portugal, Soromenho-Marques (1998: 71-106) deixou igualmente impl3cito o valor simb3lico do organismo. O ICN 3 defendido pela comunidade ambientalista portuguesa como um expoente da legitimao da sua agenda no sistema pol3tico, uma conquista da d3cada de 1970 que, como veremos, justifica intensa mobilizao.

Analisaremos, neste artigo, como um n3cleo de fontes n3o-oficiais fez vingar o seu enquadramento sobre a ocorr4ncia na cobertura noticiosa, graas a uma rede privilegiada de informao e tamb3m 3 a cumplicidade de jornalistas. Ressalve-se que em nenhum momento se defende ter sido a den3ncia da Quercus que afectou o desfecho final do caso. Tal como Wolfsfeld (1997), aceitamos que a cobertura medi3tica de processos pol3ticos 3 um fluxo de influ4ncias culturais que determina o enquadramento escolhido pelos *media*, mas inserido num conflito pol3tico mais complexo. Maioritariamente, os *media* escolhem os enquadramentos favor3veis 3s autoridades, excepto nos casos – como o do ICN, argumentamos – em que estas n3o consigam controlar o fluxo de informao, de forma a influenciar o discurso dos *media*.

A noo de contexto, na literatura sobre o poder dos *media*, 3 fundamental, pois lembra-nos que as transaco3es entre os meios de informao e os antagonistas pol3ticos nunca t3m lugar num v3cuo. Ocorrem num contexto social e pol3tico com influ4ncia na construo de enquadramentos por parte dos antagonistas. Guardamos, pois, como v3lida a conclus3o de Wolfsfeld: «Os investigadores t3m de evitar a tentao de atribuir demasiado poder aos *media* na construo de enquadramentos pol3ticos» (1997: 32).

## As fontes

A sociologia do jornalismo tem dedicado ampla investigao ao papel das fontes na produo jornal3stica. Desde meados da d3cada de 1950 que a aco dos «fornecedores de informao» foi sucessivamente repensada, ora concebida como gestora de influ4ncias ideol3gicas sobre os jornalistas e as organizao3es noticiosas, ora reduzida a joguete nas m3os dos jornalistas, eles, sim, respons3veis pelos processos de seleco3 e produo de informao.

As primeiras propostas te3ricas negligenciavam o papel das fontes e as suas estrat3gias de gest3o da informao, lacunas posteriormente preenchidas pelas investigao3es interaccionistas da d3cada de 1970, muitas das quais produzidas na

sequência de observações participantes nas redações. Graças a trabalhos como os de Gans (1980) ou Molotch e Lester (1975), a acção das fontes foi colocada debaixo do microscópio, permitindo integrar a produção noticiosa em modelos mais complexos, compostos por agentes com interesses ora convergentes, ora divergentes, com diferentes estratégias, e nos quais os jornalistas e as suas estruturas organizacionais usariam práticas e conceitos já estabelecidos para rotinizar o inesperado (Tuchman, 1976/1993).

A produção sociológica neste período foi profícua e legou-nos conceitos duradouros. Molotch e Lester (1974/1993) identificaram promotores e consumidores de informação, atribuindo aos primeiros a capacidade de transformar uma ocorrência num acontecimento. Aliás, a sua tipologia das diferentes ocorrências (rotina, acidente, escândalo e acaso feliz) permanece válida.

Um dos legados deste período de investigação foi, aliás, a conclusão de que os agentes sociais com mais poder político e maiores recursos económicos e culturais veriam provavelmente as suas posições valorizadas pelos *media*. Nesta linha de reflexão, Gans (1980) desenvolveu o conceito de «negociação», para definir o processo pelo qual o jornalista solicita à fonte a informação de que carece para escrever a sua notícia, enquanto esta a fornece para impor a sua perspectiva. Gans concluiu que, se todos os elementos forem constantes, as notícias transmitirão a visão dos agentes de elite, primeiros recursos do jornalista na medida em que lhe fornecem informação verosímil, respeitando os seus prazos e não suscitando a censura das suas chefias.

Ainda na vaga interaccionista, Sigal (1986) introduziu um novo elemento, ao concluir que a notícia não revela normalmente o que os jornalistas pensam sobre o acontecimento, mas sim a visão das fontes. A Sigal se deve também a identificação e distinção de canais de rotina, canais informais e canais de iniciativa, utilizados pelo jornalista para aceder à informação. No mesmo diapasão, Gandy (1982) sugeriu que as melhores fontes fornecem «subsídios de informação» aos jornalistas – auxílios que não prejudicam a instituição, que facilitam o trabalho do repórter e que, administrados judiciosamente, levarão o jornalista a recorrer à mesma fonte, legitimando a sua posição na hierarquia do campo dos *media*.

Um momento fundamental da investigação sobre o papel das fontes foi cumprido com a alteração do pressuposto de que as fontes oficiais logram sempre impor o seu enquadramento nas narrativas jornalísticas. Schlesinger (1990) forneceu um contributo metodológico decisivo, ao propor a noção de que a fonte já é um agente social profissionalizado no processo de comunicação, dotado de estratégias próprias, intenções nem sempre explícitas e com financiamentos muitas vezes superiores ao do jornalista. Por conseguinte, na análise do processo

de produção noticiosa, ela já não pode ser analisada como agente passivo. Na década de 1990, proliferaram, pois, investigações sobre as condições de sucesso das fontes não-oficiais.

### As fontes não-oficiais

Um dos campos mais prometedores para observar o comportamento das fontes sem elevados recursos materiais ou simbólicos tem sido o estudo das notícias de risco. Autoras de um trabalho emblemático, as investigadores Kitzinger e Reilly (1997/2002) compararam a cobertura noticiosa de três controvérsias na Grã-Bretanha e gizaram um modelo segundo o qual, nestas notícias dependentes de factores vulneráveis e onde o papel das autoridades é menos categórico, a cobertura noticiosa é mais imprevisível. E pontualmente, como no tratamento das notícias sobre VIH/Sida – ver também Santos (2006: 149-194) –, o enquadramento mais utilizado pelos *media* pode coincidir com o das fontes não-oficiais.

Investigando uma área mais tradicional, Manning (2001) estudou as relações entre os sindicatos e os jornais que noticiam as suas actividades e compreendeu que, apesar de os primeiros assumirem claramente a sua condição não-oficial e desprovida de recursos materiais ou simbólicos, há ocasiões em que os meios de informação privilegiam os seus enquadramentos. Fazem-no quando dispõem de informação com elevado valor material (uma «cacha») ou quando organizam acções espectaculares, facilmente formatáveis pelos jornais e principalmente pelas televisões. A Manning se deve também a noção de variação da influência da fonte ao longo do tempo, consoante o capital simbólico de que ela dispõe aos olhos do jornalista.

Se é certo que estas investigações reabilitaram o papel dos agentes sociais com menos peso na hierarquia do «campo das notícias» (Santos, 1997), é no domínio das lutas ambientais que se torna frequente observar o triunfo dos enquadramentos secundários.

Anderson (1997) desenvolveu um modelo de arenas públicas em competição pela atenção dos *media*. Assumindo que a agenda dos *media* é limitada pelos constrangimentos de cada meio, a autora postulou que há uma imensidão de quadros de referência que orbitam em torno dos jornalistas, competindo pela sua atenção e dos quais eles se podem socorrer. Dentro da arena do ambiente, Anderson identificou mecanismos de penetração das organizações não-governamentais na agenda, ora encenando eventos, ora assimilando as regras da rotina jornalística, ora ainda envolvendo-se em programas de investigação e assim legitimando os seus agentes.

O modelo baseia-se na premissa de que as melhores fontes não-oficiais compreendem as regras do jogo e estão dispostas a formatar a sua actividade e tomadas públicas de posição às necessidades dos *media*. Verificaremos como esse foi um dos segredos da Quercus no caso do ICN. Evidentemente, nem todas as notícias sobre ambiente favorecem o enquadramento das fontes não-oficiais, mas os trabalhos recentes justificam a conclusão de que, apesar da desvantagem de recursos, há casos em que as fontes secundárias fazem vingar o seu enquadramento, graças a valiosos recursos culturais.

Afigura-se, portanto, relevante destacar que as fontes não-oficiais também constroem a agenda, também a influenciam, e que, uma vez que fontes e jornalistas operam com padrões culturais, é na construção da estrutura narrativa mais adequada ao evento – os «pacotes mediáticos» de Gamson e Modigliani (1989) – que se trava a batalha decisiva.

### Enquadramentos

Coube a Gamson (1989) a primeira reflexão estruturada sobre o processo de produção noticiosa enquanto mecanismo de selecção de enquadramentos (*frames*). Para o autor, os enquadramentos seriam «uma ideia central e organizadora capaz de atribuir relevância a eventos e de sugerir aos agentes o que está em disputa» (1989: 35). Nesta perspectiva, qualquer notícia, mesmo a mais trivial, tem mais do que um quadro referencial. Gamson considerou que a investigação sobre o processo de construção social da notícia não ficaria completa sem uma análise das diversas propostas discursivas ao dispor do jornalista em cada notícia. De certa forma, para lá de uma luta de fontes, a notícia esconde também uma luta de discursos, de diferentes propostas de leitura de uma ocorrência e das suas consequências.

Reconhecendo o contributo de Gamson e Gitlin ou Snow *et al.* (1986), outros autores desenvolveram o conceito de enquadramentos noticiosos como ferramentas jornalísticas para arrumar a informação recolhida em pacotes profissionalmente úteis e culturalmente familiares. De certa forma, ao tomar contacto com os factos centrais de uma ocorrência, o jornalista desenvolve uma estrutura narrativa que se adapte ao fluxo de informação e aos enquadramentos preexistentes.

É provável que os modelos de Gamson ou Snow tenham partido do conceito de hegemonia proposto por Gramsci (1971) e assente na noção de que as forças dominantes da sociedade têm de articular uma visão do mundo que seja cómoda para o largo espectro dos seus interesses – e não apenas para os interesses do grupo dominante. A hegemonia gramsciana seria assim «um consentimento espontâneo

dado pelas grandes massas da população à direcção geral imposta na vida social pelo grupo dominante fundamental» (1971: 12). Este consentimento seria atribuído em função do prestígio de que o grupo dominante goza, por força da sua posição e função no mundo da produção.

Numa reflexão recente, Evans (2002) lembrou que o trabalho de Gramsci foi interpretado por duas correntes: uma, marxista clássica, argumentou que o consentimento das classes dominadas seria conquistado através da manipulação orquestrada pela classe dominante. A outra redefiniu a hegemonia como um processo de criação de consentimento através do discurso. Os agentes sociais e as instituições seriam moldados pelas forças discursivas, pelo que os *media* jogariam um papel decisivo nesse discurso, ajudando a criar enquadramentos aceitáveis para largos espectros da sociedade. Consequentemente, os enquadramentos mais comuns nas notícias teriam maior ressonância na audiência.

Snow *et al.* (1986) argumentaram que os enquadramentos são constrangidos por sistemas preexistentes de crenças dos jornalistas e das fontes. Dessa forma, qualquer movimento social que aspire à arena mediática deve maioritariamente incluir na sua agenda problemas sociais cuja interpretação seja razoavelmente compatível com as crenças dominantes.

Um último contributo foi fornecido por Wolfsfeld (1997). O investigador analisou a cobertura noticiosa de conflitos no Médio Oriente, mas as suas conclusões são aplicáveis a contextos mais abrangentes. A relação entre antagonistas políticos e os *media* pode ser descrita como uma «simbiose competitiva», segundo o investigador. Cada parte da relação tenta explorar o outro gastando o mínimo possível. Neste modelo, há autoridades e pretendentes e, para compreender o papel dos *media* em conflitos políticos, é fundamental entender «a competição entre os órgãos de informação como uma competição mais geral, que se trava pelo controlo político» (1997: 197), mas para a qual as autoridades partem com superioridade.

Na proposta do investigador, reconhece-se que o processo político provavelmente terá mais influência na cobertura noticiosa do que o inverso. De todo o modo, Wolfsfeld distinguiu duas dimensões de competição entre antagonistas políticos pelo acesso mediático: a dimensão estrutural, onde as autoridades têm vantagem sobre os pretendentes; e a dimensão cultural, onde se compete pela estrutura discursiva que, aos olhos dos jornalistas, melhor reflecta o acontecimento. Nesta dimensão, o autor identificou oportunidades para fontes não-oficiais.

Metodologicamente, Wolfsfeld contribuiu também para a reflexão sobre o papel das fontes. Por um lado, ao chamar a atenção para o risco de concentração excessiva nos conflitos pelo acesso aos meios de informação e consequente perda da dimensão cultural do conflito. Por outro, ao salientar que não há enquadramentos

errados ou perfeitos. Em qualquer controvérsia, há leituras alternativas, estruturadas pelas partes interessadas. Torna-se, pois, forçoso evitar a tentação de comparar o enquadramento identificado nas notícias com a «realidade». Afinal, como Ettema (2005) frisou, um enquadramento noticioso não é apenas uma formatação de factos para evocar experiências já adquiridas e salientar interpretações. O seu valor de ressonância terá também de ser estudado, na medida em que uma notícia revela o que os seus autores consideraram importante num certo contexto histórico.

### Notas metodológicas

Este artigo integra-se numa investigação sobre a consolidação da Quercus como fonte de notícias de Ambiente no período compreendido entre 1987 e 2003. Em função disso, a abordagem metodológica reflecte as escolhas realizadas nesse processo.

A apreciação do caso do ICN assenta numa análise de conteúdo à produção da agência Lusa e do jornal *Público* entre os dias 27 de Outubro e 4 de Novembro de 2003. No caso do jornal, contabilizaram-se as notícias da edição impressa e da edição digital. No caso da agência noticiosa, quantificaram-se apenas os despachos originais, tendo sido retirados da amostra os despachos complementares (os textos noticiosos redigidos no mesmo turno, mantendo o *lead* da notícia, mas acrescentando pormenores adicionais). No total, foram analisados os conteúdos de 22 notícias. Utilizando técnicas tradicionais de análise de conteúdo, codificámos as seguintes categorias: «fonte reconhecida da notícia», «citações no título», «protagonistas mencionados», «instituições referidas» e «tipos de enquadramento».

Apesar de a análise de conteúdo lograr captar características repetidas do texto escrito, apresenta naturalmente outras limitações. A leitura da produção jornalística final não dá conta da tensão entre fontes e jornalistas, ao contrário da entrevista. Como sublinhou Newcomb (1991: 101), «talvez a maior vantagem da entrevista enquanto técnica seja a possibilidade de reunir mais informação compreensiva do que aquela que poderíamos recolher com a observação participante».

Decidimos, por isso, complementar a investigação com a realização de duas entrevistas em profundidade – uma com Francisco Ferreira, à data responsável pela política de comunicação da Quercus e (virámos a descobri-lo no decurso da entrevista) fonte directa do primeiro despacho da Lusa. Entrevistámos igualmente a jornalista Rute Peixinho, da agência Lusa, uma das autoras de notícias sobre a controvérsia. Nos dois casos, optámos por realizar as entrevistas no local de trabalho dos protagonistas.

## A análise

A primeira notícia sobre o caso foi da responsabilidade da agência Lusa na noite de dia 27 de Outubro de 2003. Atribuía a origem da denúncia à Quercus, não mostrava esforço visível de auscultação de outros antagonistas políticos e citava Francisco Ferreira como protagonista. O dirigente da Quercus fundamentava a denúncia num comunicado enviado pelo Governo aos directores das áreas protegidas, dando conta do processo de reestruturação da gestão da conservação no país, que passaria a funcionar sob tutela do Ministério da Agricultura.

Durante a controvérsia, é importante assinalar que a autoria e a veracidade da denúncia original não foram contestadas. Mesmo quando o primeiro-ministro discutiu o assunto e negou a intenção de extinguir o ICN, não refutou a existência do documento oficial. É forçoso concluir que a associação ambientalista logrou impor a discussão na agenda nos seus termos, circunstância rara nas controvérsias políticas ambientais (Hansen, 1993) e, mais ainda, nos debates sobre ciência e ambiente em Portugal (Gonçalves, 2001).

Parece claro que a Quercus protagonizou um esforço bem-sucedido de agendamento, introduzindo um tema na arena mediática e, por força da onda de choque, na arena política também. Fê-lo graças ao acesso exclusivo a um documento recente e controverso, fornecido por um dos seus contactos na rede de áreas protegidas – o que diz bem sobre a capacidade das fontes da Quercus para obter informação, circunstância que, por sua vez, permite à Quercus ser, também ela, uma fonte de informação.

Em segunda instância, a assimilação das rotinas jornalísticas por parte da organização ambientalista justificou grande parte do sucesso do caso. Ao informar uma agência noticiosa e um jornal diário ao início da noite, a associação garantiu um fluxo informativo no início da manhã seguinte, originando respostas à sua denúncia e muito maior «ruído» sobre o tema do que os restantes antagonistas previam. O conhecimento das rotinas noticiosas faz já parte das atribuições da organização ambientalista, como Francisco Ferreira reconheceu:

Diria que, nesse caso, fomos beneficiados porque tivemos acesso a informação privilegiada. Soubemos dessa intenção através do próprio ICN. Conseguimos confirmá-la por uma fonte no Ministério do Ambiente, por volta das 22h. Graças à nossa teia de relações, conseguimos que um repórter do *Público* ainda inserisse o assunto na primeira página do jornal. E ao mesmo tempo promovemos contactos junto das rádios e da Lusa, de tal forma que, por volta das 23h, a nossa posição já constava dos noticiários e de um despacho.

[...] Acredito que é fundamental uma ONGA conhecer o ciclo noticioso. Como se consegue penetrar no noticiário da manhã das rádios? Ou a Lusa publica uma pequena



notícia a essa hora; ou enviamos para a redacção um comunicado com embargo na noite anterior; ou estabelecemos um contacto pessoal directo.

Temos sempre em mente que o noticiário das rádios vai depois alimentar as televisões ao longo do dia e os jornais do dia seguinte. O ciclo também pode iniciar-se com uma notícia grande num jornal, que depois é desenvolvida pelos outros meios. Utilizamos os meios de comunicação como elementos do jogo. Sem problemas de consciência.

(Entrevista com o autor)

É igualmente relevante o facto de as primeiras notícias atribuírem a denúncia à Quercus, sem darem nota da discordância de qualquer governante. Os textos jornalísticos analisados tiveram como única fonte a associação ambientalista, o que é sintomático da credibilidade da associação. Francisco Ferreira reconheceu-o:

Foi noticiada como uma informação divulgada pela Quercus, ou seja, o ónus da denúncia era nosso. Nessa primeira fase, o *Público* e as rádios divulgaram a notícia de que a Quercus acusava o Governo de querer extinguir o ICN. Mas, de qualquer maneira, concordo consigo: a divulgação tão rápida resultou da nossa credibilidade junto dos jornalistas e da nossa teia de contactos privilegiados. Numa segunda fase, a notícia foi confirmada junto do ICN e do Ministério e foi ainda mais ampliada.

(Entrevista com o autor)

Do outro lado da barricada, a jornalista Rute Peixinho confirmou que o primeiro despacho foi um acto de fé numa fonte que, até à data, não a induzira em erro, motivo pelo qual arriscara noticiar um tema controverso sem tomar todas as precauções metodológicas, como a própria reconheceu:

Uma notícia como essa, que lança para a opinião pública uma ideia política ainda em gestação, obriga-nos a cautelas, na medida em que temos de garantir que o texto reflecte o facto de se tratar de um rumor difundido pela Quercus. Fui eu que tratei da primeira notícia. Aliás, nessa noite, já estava em casa quando fui contactada por um dirigente da Quercus, que revelou esse facto e que me passou mais algumas informações de *background* que me ajudaram a perceber a veracidade do rumor. Mas, se confirmar os textos desses despachos, verá que os primeiros estão formulados para reflectir a tese de que tinha sido a Quercus a alertar para o possível fim do ICN.

Nessa noite, já não consegui contactar o presidente do ICN, mas, na manhã do dia seguinte, começámos a ouvir todas as entidades e personalidades envolvidas.

(Entrevista com o autor)

A mobilização de jornalistas com os quais os dirigentes da Quercus contactam regularmente justifica uma reflexão. Há uma vasta tradição sociológica (por exemplo, Fishman, 1980) que deu conta dos «riscos» que envolvem um jornalista que se especializa em determinada ronda (*news-beat*). Fishman descreveu como os

jornalistas que escrevem sobre crime se arriscam a assimilar os códigos de conduta das instituições com as quais lidam diariamente. Alguns adoptam o jargão e as regras da fonte. Pontualmente, tomam como sua a agenda da instituição para a qual estão destacadas. Numa frase, correm o risco de, como os antropólogos no campo, se tornarem também eles «nativos».

Na entrevista conduzida pelo autor com a jornalista da Lusa, tornou-se clara a empatia com a posição da Quercus (e aliás reconhecidamente explorada pelo dirigente ambientalista, que reconheceu ter ligado, em primeira instância, aos seus melhores contactos). Este excerto de diálogo foi travado durante a entrevista com a jornalista:

P: Escreve maioritariamente sobre Ambiente. Suponho que não desejaria a extinção do Instituto da Conservação da Natureza...

R: Não, de facto não queria.

P: Com esse pressuposto, acredita que a cobertura que concedeu ao caso se pode considerar objectiva?

R: Julgo que sim. Tenho noção de que a Quercus tenta instrumentalizar-nos, tenta convencer-nos a divulgar o que considera importante, mas julgo que consigo manter esse afastamento e distinguir o que é relevante para o meu trabalho.

Por outro lado, num caso destes, admito que os comentários que solicitámos a personalidades políticas foram naturalmente de pessoas que não desejavam o fim do ICN. Dificilmente, aliás, naquele contexto, encontraríamos alguém favorável à extinção do instituto que quisesse divulgar o seu ponto de vista. Julgo ainda que podemos assumir que o instituto que zela pela conservação da natureza é uma entidade que todos os jornalistas pretendem manter. É suficientemente consensual para isso.

É possível de facto formular a noção de que, em controvérsias onde o enquadramento escolhido por um movimento social se aproxime do quadro de referência de um jornalista, a cobertura noticiosa poderá sofrer distorções. Distorções palpáveis – ao nível, por exemplo, das opções discursivas, da selecção de informação relevante ou até da escolha das fontes a auscultar – e distorções dificilmente mensuráveis, mas, ainda assim, susceptíveis de fixar a cobertura noticiosa no plano desejado pela fonte. Do lado do jornalista, há o óbvio desejo de assegurar uma «cacha» e publicar um facto que provocará comoção. Do lado da fonte, vive-se a necessidade de resgatar o tema da intimidade do meio especializado para a arena pública, amplificando-o e esperando que a divulgação não corrompa o espírito do enquadramento original. Da simbiose entre estes dois objectivos, nasceu, na nossa perspectiva, o caso do ICN.

A capitalização deste tipo de apoios – mesmo que velados e não-reconhecidos – por parte de uma fonte afigura-se como um dos mecanismos mais eficientes

para a deflagração da primeira fálha da cobertura noticiosa. Depois, naturalmente, outros factores influenciam o desenvolvimento do caso, tornando impossível a definição de um modelo absoluto de ascensão mediática de um tema.

Vale a pena, aliás, invocar a tipologia de Solesbury (1976) para as respostas governamentais a controvérsias como esta, em que a autoridade oficial é questionada. Segundo o autor, a resposta governamental só ocorre quando os governos se tornam suficientemente fortes para captar recursos públicos; quando o tema logra superar a barreira da arena mediática e se torna também um tema do debate político; quando o Governo crê que o seu enquadramento vai ser dominante no discurso dos *media*; quando se criam organizações a favor ou contra a medida e elas usam o Governo para ganhar dinheiro e influência.

O caso do ICN escapou às malhas deste modelo. Vários destes pressupostos ocorreram antes de uma intervenção governamental apaziguar a controvérsia. Solesbury não contemplou a possibilidade de dissidências no seio das autoridades nem a força simbólica que elas transmitiriam aos outros antagonistas. Parece-nos claro que o modelo não contemplou também a forma como o envolvimento de jornalistas na causa – e a partilha de objectivos entre jornalistas e fontes – pode influenciar o enquadramento de partida e consequentemente marcar o rumo da controvérsia.

### **Luta simbólica**

As notícias seguintes introduziram novos protagonistas. Na manhã de dia 28, a agência Lusa escutou outras vozes, produzindo uma voragem de despachos. A Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas criticou a medida utilizando um dos enquadramentos mais populares da contenda: «Extinguir o ICN é retroceder a antes de 1976» [ano em que, pela primeira vez, a Conservação da Natureza foi tutelada pela pasta do Ambiente] (Lusa, 28/10/2003). Pouco mais tarde, dois grupos ambientalistas – o Geota e a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves – retomaram a questão, juntando-lhe o enquadramento mais utilizado durante a controvérsia: «Extinguir o ICN é ceder aos interesses instalados [da caça e das empresas com actividade florestal]» (Lusa, 28/10/2003).

Ao final da manhã, quer na agência Lusa quer no jornal *Público*, escutaram-se as primeiras personalidades de elite, também elas revoltadas com o alegado projecto governamental. Poças Martins, membro do partido no governo e ex-secretário de Estado do Ambiente, questionou a bondade da medida, embora em mensagem mais suave: «Para mudar, tem de ser para melhor» (Lusa, 28/10/2003). Carlos Pimenta, também antigo secretário de Estado do Ambiente, criticou com veemência a propos-

ta (até aqui, dada sempre como categórica), optando porém por outro enquadramento: «A extinção do ICN será uma vergonha para o país aos olhos da comunidade internacional» (*Público*, 28/10/2003). Ainda entre as personalidades de elite, a Quercus teve um terceiro aliado imprevisível: o ministro do Ambiente, aos microfones de uma rádio (mas rapidamente amplificado pela Lusa), afirmou desconhecer a medida, mas não negou que ela estivesse a ser tomada à sua revelia. E utilizou o mesmo enquadramento que, horas antes, fora usado pelas organizações ambientalistas: «Extinguir o ICN é ceder aos interesses instalados» (*Público*, 28/10/2003).

Os estudos sobre a consolidação de movimentos sociais coincidem num ponto: o apelo a personalidades de elite, o seu envolvimento com os protagonistas e as posições do movimento reduzem o atrito que os jornalistas poderiam colocar à fonte não-oficial e facilitam a divulgação (Wolfsfeld, 1997). Parece claro que a adesão de Poças Martins, Carlos Pimenta e do ministro Amílcar Theias ao enquadramento definido pela associação ambientalista fortaleceu a proposta de leitura do acontecimento no sentido desejado pela Quercus. Sublinhe-se novamente a impossibilidade de medir com minúcia o impacte destas três dissidências. De forma alguma se poderá argumentar que foi esse o momento decisivo da polémica. Mas é inegável que as tomadas de posições dos três políticos fortaleceram o enquadramento proposto pela Quercus.

Quase em simultâneo, a Lusa e o *Público* lançaram novos dados. Um despacho da Lusa anunciou ao fim da tarde de dia 28 que uma fonte governamental não-identificada considerava o caso despropositado, porque a extinção do ICN nunca fora contemplada (Lusa, 28/10/2003). Sensivelmente à mesma hora, a edição digital do *Público* informou que a proposta existia, de facto, e estaria a ser conduzida apesar «da oposição frontal do ministro Amílcar Theias» (*Público*, 28/10/2003).

Na manhã do dia seguinte, os jornalistas juntaram mais depoimentos: João Silva Costa (presidente do ICN), os responsáveis pela Liga de Protecção da Natureza e do Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens, os responsáveis dos partidos com assento parlamentar (incluindo mais duas vozes de elite associadas ao partido governamental – Macário Correia, ex-secretário de Estado do Ambiente, e Carlos Borrego, ex-ministro do Ambiente e, segundo o *Público*, «pai do ICN»). Todos contestaram a medida e só um dos representantes da bancada parlamentar do PSD repudiou, ainda que vagamente, a legitimidade das notícias.

Na manhã de dia 29, a Quercus esgrimiou um último argumento, num momento em que o debate tinha já decorrido nas condições que a organização desejava. Francisco Ferreira disse ao *Público* que as palavras de Amílcar Theias tinham sido «politicamente incorrectas», mas congratulava-se com a sua postura, que revelara «um excesso de honestidade» (*Público*, 29/10/2003). Nesta intervenção, o dirigente

da Quercus procurou capitalizar a seu favor a intervenção do ministro, aumentando o grupo de pressão favorável ao cancelamento da medida e resgatando apoios no seio do Governo.

Um último capítulo da controvérsia estava ainda por cumprir, num momento em que a batalha simbólica pendia já para um dos antagonistas. No dia 1 de Novembro, o primeiro-ministro Durão Barroso negou a discussão de qualquer projecto e garantiu que a reforma florestal não beliscava as competências do ICN. Questionado sobre as reacções desfavoráveis de membros do seu partido e governo, Durão Barroso comentou:

«Teoricamente todas as hipóteses se podem pôr, mas essa hipótese concreta nunca foi colocada e [o ministro] estava a referir-se, com certeza, a uma hipótese teórica.» O primeiro-ministro classificou ainda como um absurdo a sucessão de reacções em torno do assunto, comentando que são «reacções e mais reacções a uma não-notícia».

(Lusa, 1/11/2003)

Três dias depois, em jeito de remate da controvérsia, o *Público* deu voz a Sevinate Pinto, ministro da Agricultura, que reconheceu a existência de um documento do Ministério da Agricultura que previa a transferência de competências do ICN para a sua tutela. Comentava o *Público*:

[...] Sevinate Pinto reconheceu que, «num quadro anexo» de um documento do Ministério da Agricultura, se previa a transferência das áreas protegidas e do ICN do Ministério do Ambiente para o da Agricultura.

O ministro considerou que as preocupações do ministro do Ambiente, Amílcar Theias, tiveram «razão» e adiantou ter pedido desculpa ao seu colega de Governo.

No entanto, Sevinate Pinto sublinhou que o mesmo documento, fora do quadro em anexo, referia-se apenas às florestas.

«Este problema foi uma urdidura. A urdidura tem a ver com a má informação dada ao Ministério do Ambiente», comentou o ministro em reacção às críticas do deputado socialista Pedro Silva Pereira.

Sevinate Pinto disse que «só se fosse estúpido» é que proporia a transferência do ICN e das áreas protegidas para o Ministério da Agricultura. [...]

(*Público*, 04/11/2003)

## Notas finais

Uma das conclusões de Manning (2001) centrou-se no papel atribuído às fontes que, no início da contenda, estão em posição de rotular um evento e que, por conseguinte, podem ter um impacto considerável na cobertura mediática subsequente. O envolvimento da Quercus no caso do ICN foi, a esse nível, sintomático.

Em mais de metade das notícias analisadas, foi atribuída à Quercus a paternidade da denúncia. Em parte, devido às rotinas do trabalho jornalístico e à necessidade de retirar o ónus da denúncia dos ombros do repórter; em parte também, como reconhecimento à fonte que fez deflagrar o caso. Num terço das notícias, a Quercus foi citada no título e o seu dirigente foi o protagonista principal.

O caso do ICN revela a capacidade de agendamento de uma organização não-governamental, capaz de escolher o período de intervenção, os termos da denúncia e de sugerir um enquadramento aos jornalistas. A análise de conteúdo revelou que, em mais de 75% das notícias, os enquadramentos dominantes foram inspirados na posição da associação ambientalista. Só ao quarto dia da controvérsia é que um despacho da Lusa deu conta de um ataque de uma fonte governamental à denúncia original. Até lá, a polémica foi definida simbolicamente como um processo de extinção «de um organismo necessário», «que traria desprestígio internacional», «que provocaria uma alteração no equilíbrio de poderes entre o Ambiente e os seus “inimigos” políticos» ou ainda «que se tratava de um retrocesso na legitimação do Ambiente na agenda política».

Que papel tiveram os jornalistas que redigiram os primeiros textos no desfecho deste caso? Sem beliscar a imparcialidade do seu trabalho, foram parceiros (voluntários ou involuntários) de estratégia da associação ambientalista. Aceitaram os prazos por ela estipulados e o enquadramento por ela sugerido. Ao longo do processo, fizeram opções que, mesmo que involuntariamente, reforçaram a luta da Quercus pela melhor estrutura narrativa para definir a controvérsia. Cremos que o grau de envolvimento de jornalistas em controvérsias desta ordem permanece ainda um campo desconhecido, que justifica investigação minuciosa, capaz de desmontar o paradigma da objectividade dos profissionais jornalísticos, mas também de erradicar teses conspirativas de partilha de agendas e de estratégias entre jornalistas e fontes. No caso do ICN, a simbiose de objectivos entre uma fonte e alguns dos seus melhores contactos possibilitou uma estratégia comum em que, como Gandy previra, todos ganharam.

De facto, a identificação de um jornalista com a história que pontualmente vai narrar é um processo já documentado em casos de mobilização e unanimidade nacional, como aliás Rui Marques (2005: 164-169) deu conta na abordagem do processo de independência de Timor-Leste. Todavia, em controvérsias onde se estabelecem dois ou mais antagonistas e o fosso entre autoridades e pretendentes diminui, o papel activo dos jornalistas pode influenciar o desenvolvimento do processo. Mesmo que os protagonistas não o reconheçam.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Alison (1997), *Media, Culture and the Environment*, Londres: Rutgers University Press.
- ETTEMA, James S. (2005), «Crafting Cultural Resonance – Imaginative Power in Everyday Journalism», *Journalism*, Vol. 6 (2), Londres: Sage, pp. 131-152.
- EVANS, Michael Robert (2002), «Hegemony and Discourse. Negotiating Cultural Relationships Through Media Production», *Journalism*, Vol. 3 (3), Londres: Sage, pp. 309-329.
- FERGUSON, Marjorie (coord.) (1990), *Public Communication: The New Imperatives*, Londres: Sage, pp. 61-83.
- FISHMAN, Mark (1980), *Manufacturing the News*, Austin: University of Texas Press.
- GAMSON, William e MODIGLIANI, Andre (1989), «Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: a Constructionist Approach», *American Journal of Sociology*, Vol. 95, n.º 1, Chicago: Chicago University Press, pp. 1-37.
- GAMSON, William A. (1989), «News as Framing», *American Behavioral Scientist*, 33: Sage, pp. 157-161.
- GANDY, Oscar H. Jr. (1982), *Beyond Agenda Setting: Information Subsidies and Public Policy*, Norwood: Ablex.
- GANS, Herbert J. (1980), *Deciding What's News: a Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*, Nova Iorque: Constable.
- GITLIN, Todd (1980), *The Whole World is Watching*, Califórnia: University of California Press.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (coord.) (2001), *O Caso de Foz Côa. Um Laboratório de Análise Sociopolítica*, Lisboa: Edições 70.
- GRAMSCI, Antonio (1971), *Selections from the Prison Notebooks*, Londres: Lawrence and Wishart.
- HANSEN, Anders (1993), *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester: Leicester University Press.
- KITZINGER, Jenny e REILLY, Jacquie (1997/2002), *Ascensão e Queda de Notícias de Risco*, Coimbra: MinervaCoimbra, pp. 11-43.
- MANNING, Paul (2001), *News and News Sources – A Critical Introduction*, Londres: Sage.
- MANOFF, Robert e SCHUDSON, Michael (coords.) (1986), *Reading the News*, Nova Iorque: Pantheon Books.
- MANSINHO, Maria Inês e SCHMIDT, Luísa (1994), «A Emergência do Ambiente nas Ciências Sociais: Análise de um Inventário Bibliográfico», *Análise Social*, Vol. 29, 125-126, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 441-481.

- MARQUES, Rui (2005), *Timor-Leste: O Agendamento Mediático*, Porto: Porto Editora.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998), *O Futuro Frágil*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marilyn (1974/1993), «As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos», *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa: Vega, pp. 34-51.
- MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marilyn (1975), «Accidental News: The Great Oil Spill as Local Occurrence and National Event», *American Journal of Sociology*, Vol. 81, n.º 2, Chicago: Chicago University Press, pp. 235-260.
- NEWCOMB, Horace M. (1991), «The Creation of Television Drama», *A Handbook of Qualitative Methodologies for Mass Communication Research*, Londres: Routledge, pp. 93-107.
- SANTOS, Rogério (1997), *A Negociação entre Fontes e Jornalistas*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- SANTOS, Rogério (2006), *A Fonte Não Quis Revelar*, Porto: Campo das Letras.
- SCHLESINGER, Philip (1990), «Rethinking the Sociology of Journalism: Source Strategies and the Limits of the Media Centrism», *Public Communication: The New Imperatives*, Londres: Sage, pp. 61-83.
- SIGAL, Leon V. (1986), «Who? Sources Make the News», *Reading the News*, Nova Iorque: Pantheon Books, pp. 9-37.
- SNOW, David A., BURKE, E. Rochford Jr, WORDEN, Steven K. e BENFORD, Robert D. (1986), «Frame Alignment Processes, Micromobilization, Movement and Participation», *American Sociological Review*, 51, Columbus: Ohio State University Press, pp. 464-481.
- SOLESBURY, William (1976), «The Environmental Agenda», *Public Administration*, n.º 54 (1), Blackwell, pp. 379-397.
- TRAQUINA, Nelson (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa: Vega.
- TUCHMAN, Gaye (1976/1993), «Contando “Estórias”», *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa: Vega, pp. 258-262.
- WOLFSFELD, Gadi (1997), *Media and Political Conflict – News From the Middle East*, Cambridge: Cambridge University Press.